Green - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

(CNPJ nº 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda.)
(CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

KPDS 1290416

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstrações das posições financeiras **7**

Demonstrações dos resultados dos exercícios **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e à Administração do
Green - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Green - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Green - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Avaliação do valor justo de investimento em ações e debenturês conversíveis em ações de companhias fechadas	
Veja as notas explicativas nº 3, 5 e 6 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo possuía 98,33% de seu patrimônio líquido representado por investimento em ações de companhia sem negociação em bolsa ou mercado organizado e debêntures, mensurados pelo seu valor justo, determinado com base em contrato de compra e venda de ações e debêntures realizada por parte não relacionada, conhecedora do negócio e em condições normais de mercado. Devido ao fato dessa transação ser o principal elemento que influencia o valor justo das ações e debêntures com consequente impacto no resultado e no patrimônio líquido do Fundo, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: — Análise do contrato de compra e venda das ações e debêntures, realizadas com parte não relacionada, e as respectivas liquidações financeiras das operações; — Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados para validar o valor justo das ações e debêntures conversíveis em ações de companhias fechadas, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 3 de outubro de 2023, o qual não conteve modificação de opinião.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Willian Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

GREEN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das posições financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Notas explicativas	31/12/2023			31/12/2022		
		Quantidade	Valor contábil	% s/ PL do Fundo	Quantidade	Valor contábil	% s/ PL do Fundo
Caixa e equivalente de caixa			**8.214**	**1,13%**		**10.171**	**3,70%**
Disponibilidades			**3**	**0,00%**		**-**	**0,00%**
Depósito à vista			3	0,00%		-	0,00%
Cotas de fundos de investimentos	**4**	**3.386.473**	**8.211**	**1,13%**	**3.881.565**	**10.171**	**3,70%**
Cotas de fundos de investimento renda fixa		3.386.473	8.211	1,13%	3.881.565	10.171	3,70%
Instrumentos financeiros			**714.926**	**98,33%**	**98,33%**	**261.129**	**94,88%**
Títulos de crédito privado	**5**	**340.000.000**	**613.377**	**84,36%**	**340.000.000**	**196.592**	**71,43%**
Debêntures		340.000.000	613.377	84,36%	340.000.000	196.592	71,43%
Ações de companhia		**182.576.944**	**101.549**	**13,97%**	**182.576.944**	**64.537**	**23,45%**
Ações de capital fechado	**6**	182.576.944	101.549	13,97%	182.576.944	64.537	23,45%
Outros ativos			**3.981**	**0,55%**		**3.982**	**1,45%**
Outros ativos			3.981	0,55%		3.982	1,45%
Total do ativo			**727.121**	**100,01%**		**275.282**	**100,01%**
Passivo circulante							
Outras obrigações			**33**	**0,01%**		**41**	**0,01%**
Taxa de administração			33	0,01%		41	0,01%
Total do passivo			**33**	**0,01%**		**41**	**0,01%**
Patrimônio líquido			**727.088**	**100,00%**		**275.241**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio liquido			**727.121**	**100,01%**		**275.282**	**100,01%**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

GREEN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ações de companhias investidas		**37.012**	**(7.498)**
Resultado com valor justo das ações de companhias investidas	6	37.012	(9.798)
Dividendos e juros de capital próprio	6	-	2.300
Resultado com outros ativos financeiros		**417.785**	**(28.589)**
Resultado com cotas de fundos de investimento renda fixa	4	1.000	1.257
Ajuste a valor justo - debêntures	5	416.785	(29.846)
Demais despesas/receitas		**(874)**	**(765)**
Taxa de administração		(433)	(746)
Honorários Advocatícios		(323)	(6)
Auditoria e custódia		(88)	-
Taxa de fiscalização CVM		(30)	(41)
Outras receitas		-	28
Resultado dos exercícios		**453.922**	**(36.852)**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

GREEN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado dos exercícios	**453.922**	**(36.852)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	**453.922**	**(36.852)**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

GREEN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Notas explicativas	Capital Integralizado	Amortização de cotas	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**520.000**	**(10.316)**	**(195.291)**	**314.393**
Amortização de cotas	**9**	-	(2.300)	-	(2.300)
Resultado do exercício		-	-	(36.852)	(36.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**520.000**	**(12.616)**	**(232.143)**	**275.241**
Amortização de cotas	**9**	-	(2.075)	-	(2.075)
Resultado do exercício		-	-	453.922	453.922
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9**	**520.000**	**(14.691)**	**221.779**	**727.088**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

GREEN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 21.254.224/0001-08)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Rendimento de cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.000	(2.726)
Pagamento de taxa de administração	(441)	(751)
Pagamento de advogados	(323)	(6)
Pagamento de auditoria e custódia	(88)	(28)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(30)	(40)
Caixa líquido das atividades operacionais	**118**	**(3.551)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de dividendos	-	2.300
Caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**2.300**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de cotas	(2.075)	(2.300)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(2.075)**	**(2.300)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.957)**	**(3.551)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	10.171	13.722
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	8.214	10.171
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.957)**	**(3.551)**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

Green – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(CNPJ nº 21.254.224/0001-08)

(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda.)
(CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Green - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 12 (doze) anos a partir da data de início do Fundo, o qual poderá ser prorrogado mediante deliberação da assembleia geral de cotistas. Iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 2016, destinado a investidores profissionais, assim entendidos como as pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou não-residentes, que se enquadrem no conceito de investidor profissional definido pelo artigo 11 da Instrução CVM nº 30/21 (revisada pelas Resoluções CVM nº 162 e 179).

O objetivo preponderante do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples ou conversíveis, e quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de sociedades anônimas, fechadas ou abertas, títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, bem como cotas de outros fundos de investimento em participações ou em cotas de fundos de ações – mercado de acesso, conforme admitido na Resolução CVM 175/22 e demais regulamentações aplicáveis (“Valores Mobiliários”).

O Fundo foi classificado como entidade de investimento em função de suas características, quais sejam:

- Obtenham recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve possuir plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;
- Se comprometam com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;
- Substancialmente mensurem e avaliem o desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e
- Definam nos seus regulamentos estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição do gestor de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido na estratégia, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente na Resolução CVM nº 175 e na Instrução CVM nº 579, bem como demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 29 de maio de 2024, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora do Fundo.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de valor.

Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é a Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento foram atualizados, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgado pela respectiva Administradora.

Ações de companhias fechadas

As ações sem cotação em mercado são avaliadas conforme os critérios abaixo:

Entidades de Investimento: são registradas inicialmente pelo seu respectivo valor de aquisição e ajustadas periodicamente pelo seu valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e de mensuração do valor justo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos pelo Fundo, em decorrência de participação societária são reconhecidos em conta de resultado.

Debêntures

As debêntures são atualizadas pela variação dos respectivos indexadores acrescidos dos juros calculados pela taxa dos papéis. Os valores justos são apurados a partir do desconto dos fluxos de caixas pelas taxas indicativas divulgados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA, os fluxos de caixas das debêntures são descontados por informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas, negócios no mercado secundário ou por equivalência setorial.

Obrigações e julgamentos ou estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que sejam utilizadas premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação do valor justo dos investimentos em ações de companhias fechadas e debêntures. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, quando aplicável, em duas categorias específicas de acordo com o modelo de negócios, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso o ativo seja mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja a negociação do respectivo ativo financeiro, desde que seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Fundo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Fundo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Ativos financeiros são designados como mensurados ao custo amortizado quando os respectivos ativos forem mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, logo, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação e, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023		2022	
	Quantidade de cotas	Valor de mercado	Quantidade de cotas	Valor de mercado
Disponibilidades		**3**		**-**
Cotas de fundos de investimento renda fixa	**3.386.473**	**8.211**	**3.881.565**	**10.171**
S3 Santander DI TPF FIC FI Renda Fixa Referenciado DI	3.308.242	7.701	3.308.242	6.840
Itaú Top RF Referenciado DI FICFI	78.231	510	573.323	3.331
Total	**3.386.473**	**8.214**	**3.881.565**	**10.171**

S3 Santander DI TPF FIC FI Renda Fixa Referenciado DI

O Fundo detém 3.308.242 cotas, representada pelo montante de R$ 7.701 (2022 – 3.308.242 cotas representada pelo montante de R$ 6.840) do S3 Santander DI TPF FIC FI Renda Fixa Referenciado DI, que tem como objetivo proporcionar a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos da sua carteira em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa Referenciados” que busquem acompanhar , direta ou indiretamente, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e que não cobrem taxas de administração.

Itaú Top RF Referenciado DI FICFI

O Fundo detém 78.231 cotas representando o montante de R$ 510 (2022 – 573.323 cotas representando o montante de R$ 3.331). O objetivo do fundo é aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seus recursos em cotas de fundos de investimento da classe “Renda Fixa”, cujos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras, de forma consolidada, sejam compatíveis com a classificação Renda Fixa “Referenciado ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou a taxa Selic.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram apropriadas receitas no montante de R$ 1.000 (2022 – R$ 1.257) registrado na rubrica de resultado com cotas de fundos de renda fixa.

5. Debêntures conversíveis em ações

Em 16 de março de 2017 o Fundo realizou um investimento na companhia Rio Atlântica Hotel S.A. por meio de subscrição e integralização de 340.000.000 debêntures de 1º Emissão de Debêntures da Companhia, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), pelo valor total de R$ 340.000.

Conforme escrituração das debêntures, a emissão não foi registrada na CVM, uma vez que as debêntures foram colocadas de forma privada, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral.

Principais características das debêntures emitidas:

(a) Série: A emissão foi realizada em série única;

(b) Valor total da emissão: o montante total da emissão foi de R$ 340.000, na data de emissão;

(c) Quantidade: foram emitidas 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) de debêntures;

(d) Colocação: As debêntures serão objeto de colocação privada, sem esforços de venda para o público em geral;

(e) Data da emissão: 16 de março de 2017;

(f) Valor nominal unitário: R$ 1,00 (um real);

(g) Forma e conversibilidade: Emitidas sob forma nominativa e conversíveis em ações ordinárias da emissora, com os mesmos direitos e benefícios da demais ações da emissora, nos termos do artigo 57 da Lei das sociedades por ações. Cada debênture deverá ser convertida em 1 (uma) Ação;

(h) Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das sociedades por ações, sem garantia e sem preferência;

(i) Vencimento: 16 de março de 2027;

(j) Resgate antecipado facultativo: A emissora poderá realizar o resgate total ou parcial das debêntures em qualquer data a partir da data de emissão, e no momento do resgate, o valor devido deverá ser equivalente ao valor nominal unitário a serem resgatadas, adicionado da remuneração e de quaisquer outros valores que sejam devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo;

(k) Remuneração das debêntures: as debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de 1 dia, expressas na forma percentual ao ano, com base de um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescidas de um spread de 2% (dois por cento) ao ano, capitalizados anualmente, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(l) Vencimento antecipado: na ocorrência das hipóteses descritas abaixo, as debêntures e todas as obrigações serão consideradas antecipadamente vencidas e o montante devido antecipadamente deverá ser pago em até 20 (vinte) dias úteis contatos da data do evento pela Emissora:

(1) Inadimplemento de quaisquer obrigações em valor agregado ou individual acima de R$ 5.000;

(2) Transformação da emissora em qualquer tipo societário diferente, conforme descrito nos artigos 220 a 222 da lei n° 6.404/76;

(3) Liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora e/ou qualquer controlada;

(4) Inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, e que não seja devidamente sanada no prazo específico ou em 5 (cinco) dias úteis;

(5) Qualquer declaração material feita pela emissora na escritura de emissão provar-se falsa, incorreta ou imprecisa; e

(6) Transferência ou qualquer forma cessão ou processa de cessão a terceiros, pela emissora, das obrigações assumidas na escritura, exceto se previamente aprovado por escrito pelo Debenturista;

(m) Multa e juros moratórios: No caso de atraso, de qualquer valor devido pela emissora ao debenturista, a emissora estará sujeita a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em inadimplemento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos do Fundo em debêntures conversíveis em ações, são resumidos como segue:

Ativos financeiros	Valor de custo	Valor contábil 2022	Ajuste a valor justo	Valor contábil 2023
Rio Atlantica Hotel S/A	340.000	196.592	416.785	613.377
Total	**340.000**	**196.592**	**416.785**	**613.377**

Ativos financeiros	**Valor de custo**	**Valor contábil 2021**	**Ajuste a valor justo**	**Valor contábil 2022**
Rio Atlântica Hotel S/A	340.000	226.438	(29.846)	196.592
Total	**340.000**	**226.438**	**(29.846)**	**196.592**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida variação no valor justo das debêntures no montante de R$ 416.785,obtido pelo montante recebido pelo Fundo pela venda das debêntures.

6. Ações de companhias fechadas

Movimentações ocorridas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ações de companhias fechada	Saldo em 31/12/2022	Ajuste ao valor justo	Saldo em 31/12/2023	Participação
Rio Atlantica Hotel S/A	64.537	37.012	101.549	100%
Total das ações de companhias fechada	**64.537**	**37.012**	**101.549**	**100%**

Ações de companhias fechadas	Saldo em 31/12/2021	Ajuste ao valor justo	Saldo em 31/12/2022	Participação
Rio Atlantica Hotel S/A	74.335	(9.798)	64.537	100%
Total das ações de companhias fechadas	**74.335**	**(9.798)**	**64.537**	**100%**

A Rio Atlântica Hotel S.A. ("Rio Atlântica") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2017 localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Princesa Isabel, nº 10, CEP 22011-010.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo não recebeu dividendos da investida (2022 – R$ 2.300).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como em 2022, o capital social da companhia era de R$ 182.576 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 182.576.944 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Avaliação do valor justo

O Fundo foi classificado como "Entidade de Investimento" em atendimento aos dispostos na Instrução CVM nº 579/16 e seus investimentos na Rio Atlântica em 31 de dezembro de 2023 estão registrados pelo seu valor justo no montante de R$ 101.549 (2022 - R$ 64.537).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi elaborado laudo para avaliação a valor justo, dado que o ativo foi vendido em 2024, pelo montante de R$ 101.549, logo é de entendimento da administração que o valor negociado é a melhor estimativa do valor justo.

7. Instrumento financeiros derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações: (i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou (ii) envolverem opções de compra ou venda de ações das sociedades que integram a carteira do Fundo com o propósito de (a) ajustar o preço de aquisição da sociedade com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

8. Principais fatores de riscos

Não obstante a diligência do administrador e do gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o administrador

mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Risco de crédito: consiste no risco de inadimplência ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo,podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliaçãodo risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Risco de derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;

Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regastes. Não obstante, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo;

Risco de mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. A queda nos preços dos ativos

integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas;

Riscos relacionados às sociedades alvo e aos valores mobiliários e emissão das sociedades alvo: Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. A carteira de investimentos estará concentrada em valores mobiliários de emissão das sociedades alvo. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas sociedades alvo, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das sociedades alvo, (ii) solvência das sociedades alvo e (iii) continuidade das atividades das sociedades alvo. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do administrador, os pagamentos relativos aos valores mobiliários de emissão das sociedades alvo, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva sociedade alvo, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos;

Risco sobre a propriedade das sociedades alvo: Apesar de a carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos valores mobiliários de emissão das sociedades alvo, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre tais valores mobiliários. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os valores mobiliários e outros ativos da carteira de modo não individualizado, no limite do regulamento e da legislação em vigor, proporcionalmente ao número de cotas que detém no Fundo;

Riscos relacionados aos setores de atuação das sociedades alvo: O objetivo do Fundo é realizar investimentos em sociedades alvo sujeitas a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem, direta ou indiretamente, influenciar negativamente o valor das cotas;

Riscos relacionados à distribuição de dividendos diretamente aos cotistas: Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de referidos valores mobiliários. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dosrecursos acima citados;

Risco operacional das sociedades alvo: Em virtude da participação em sociedades alvo, todos os riscos operacionais das sociedades alvo poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais ao Fundo impactando negativamente sua rentabilidade. Além disso, o Fundo influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Sociedades Alvo;

Risco de investimento em sociedades alvo constituídas e em funcionamento: O Fundo poderá investir em sociedades alvo plenamente constituídas e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais companhias: (a) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo e, consequentemente os cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

Risco de diluição: o Fundo poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que trata das sociedades por ações, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas sociedades alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das sociedades alvo no futuro, o Fundo poderá ter sua participação no capital das sociedades alvo diluída;

Risco de concentração da carteira do Fundo: A carteira do Fundo poderá estar concentrada nos valores mobiliários de emissão de uma única sociedade alvo. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo nas sociedades alvo, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora;

Risco de patrimônio negativo: as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;

Risco relacionado às corretoras e distribuidoras de valores mobiliários: O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

Riscos de liquidez dos ativos do Fundo: As aplicações do Fundo nos valores mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso o Fundo precise vender os valores mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos cotistas;

Risco de liquidez reduzida das cotas: O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas do Fundo não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao cotista solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas no regulamento;

Risco do mercado secundário: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração do Fundo, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor;

Risco de restrições à negociação: As cotas do Fundo serão distribuídas mediante esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476/09, de modo que somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição. Desta forma, caso o investidor precise negociá-las antes desse prazo, ele estará impossibilitado de fazê-lo. Ainda, determinados ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores, especialmente o Banco Central do Brasil. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas;

Prazo para resgate das cotas: Ressalvada a amortização de cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo de duração do Fundo, ocasião em que todos os cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto no regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário;

Risco de amortização em ativos: Em caso de iliquidez dos valores mobiliários e/ou outros ativos do Fundo, as cotas do Fundo, por orientação do comitê de investimentos, poderão ser amortizadas mediante entrega de valores mobiliários e/ou outros ativos aos cotistas, proporcionalmente. Nesse caso, os cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira do Fundo: o regulamento estabelece que, ao final do prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada, o Fundo poderá efetuar o resgate das cotas mediante entrega de bense direitos, caso ainda existam na carteira do Fundo. Nesse caso, os cotistas poderão recebervalores mobiliários e/ou outros ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas cotas,nas respectivas proporções de participação no Fundo, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

Risco relacionado ao desempenho passado: Ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação do Fundo que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em

que o administrador e/ou gestor tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo Fundo e/ou pelas sociedades alvo. Ainda, não há qualquer garantia de que o Fundo encontrará investimentos compatíveis com sua política de investimento de forma a cumprir com seu objetivo de investimento. Considerando, também, o prazo de duração do Fundo, que poderá ser prorrogado, mediante deliberação da assembleia geral em tal sentido, os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, variação nas taxas de juros e índices de inflação e variação cambial;

Inexistência de garantia de rentabilidade: A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em sociedades alvo, caso as mesmas apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas respectivas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. Ademais, as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do administrador, do gestor, do custodiante, tampouco de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas;

Riscos de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou aos cotistas: A legislação aplicável ao Fundo, aos cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das cotas do Fundo, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo;

Risco de não realização de investimento pelo fundo: Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento em sociedades alvo pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento do Fundo, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização dos mesmos; e

Inexistência de garantia de eliminação de riscos: A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo. Embora o administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a

aportar recursos adicionais no Fundo.

9. Emissão, amortização e resgate de cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido, assumindo a forma nominativa e são mantidas em conta de depósito em nome de seus cotistas.

Emissão

O Fundo foi constituído por cotas que corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e terão a forma nominativa e escritural, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

As cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas do Fundo ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao Fundo e as disposições do presente no regulamento.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve emissões de novas cotas.

Resgate de cotas

Não há resgate de cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo.

Amortização de cotas

O administrador poderá realizar, conforme orientação do comitê de investimentos, nos termos do regulamento, amortizações parciais das cotas do Fundo, a qualquer tempo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de valores mobiliáriosde sociedades alvo. A amortização é feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas integralizadas existentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve amortizações no montante de R$ 2.075 (R$ 2.300 em 2022).

10. Serviços de gestão, controladoria e custódia

A carteira do Fundo é gerida pela BRL Trust Investimentos Ltda., qualificada perante a Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”) para o exercício dessas funções, como gestora.

A prestação dos serviços de custódia, tesouraria, controladoria, liquidação e escrituração das cotas, são realizados pelo BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As cotas de fundos de investimento encontram-se custodiadas na sede dos respectivos

administradores. As ações de companhia de capital fechado encontram-se devidamente registradas nos livros e documentos societários da empresa investida.

11. Remuneração da administração e gestão

Pelos serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, liquidação, controladoria, escrituração e distribuição de cotas do Fundo, o administrador fará jus a uma taxa de administração correspondente a 0,15% ao ano do patrimônio líquido do Fundo, observando o valor mínimo de R$ 20 ao mês, reajustada pelo IPCA, desde a data da transferência do Fundo ao administrador.

A taxa de administração é provisionada diariamente, com a aplicação da fração de 1/252, por dias úteis, e pagos mensalmente, no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Não foram cobradas taxa de ingresso ou saída do Fundo, tampouco taxa de performance.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apropriadas despesas no montante de R$ 433 (R$ 746 em 2022) a título de taxa de administração.

A taxa de custódia a ser cobrada do Fundo, já incluída na taxa de administração acima corresponderá a no máximo R$ 1 (mil reais) ao mês, reajustado pelo IPCA.

12. Despesas incorridas pelo Fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Encargos debitados do Fundo	31/12/2023		31/12/2022	
	R$	% PL médio	R$	% PL médio
Despesas de serviços técnicos especializados	**411**	**0,15%**	**6**	**0,00%**
Honorários Advocatícios	323	0,12%	6	0,00%
Auditoria e custódia	88	0,03%	-	0,00%
Despesa remuneração do administrador	**433**	**0,16%**	**746**	**0,23%**
Taxa de administração	433	0,16%	746	0,23%
Despesas de serviços do sistema financeiro	**30**	**0,01%**	**41**	**0,01%**
Taxa de fiscalização CVM	30	0,01%	41	0,01%
Total Geral	**874**	**0,32%**	**793**	**0,24%**

O patrimônio líquido médio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 275.579 (R$ 318.634 em 2022).

13. Política de distribuição de resultados

Os juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos valores mobiliários e/ou em outros ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos cotistas, taxa de administração e/ou os demais encargos do Fundo.

14. Rentabilidade

Informações referentes aos exercícios		
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Rentabilidade do Fundo %	164,16%	-0,12%
Patrimônio líquido médio R$/mil	275.579	318.634
Valor da cota	1,398246	0,529310
Rentabilidade teórica %	164,92%	-0,12%

A rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros.

15. Política de divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”).

16. Tributação

Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

Cotistas

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimentos em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo

custo de aquisição, sujeito ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se a mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

17. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administradora do Fundo.

18. Partes relacionadas

A Administradora realizou a prestação de serviços de administração, sendo remunerado pelos serviços prestados conforme notas explicativas n° 10 e n° 11.

Em 31 de dezembro de 2023 o Fundo possuía saldo de conta corrente no montante de R$ 3 (R$ 0 em 2022) com a BRL DTVM S.A. conforme nota explicativa n°4.

19. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à regulamentação vigente, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pelos auditores independentes relacionados aos Fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20. Alterações estatutárias

Não houve alterações estatutárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

21. Informações adicionais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM 555. As alterações introduzidas pela nova Resolução entrarão em vigor em 02 de outubro de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024.

A CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução no. 181, alterando a Resolução n° 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou em 31 de março de 2023, a Resolução CVM n° 184 alterando a Resolução CVM n° 175 sobre os fundos de investimento, entre outros pontos foram incluídos os Fundos de Aposentadoria Programada Individual – FAPI no rol de classes de fundos abrangidos pela Resolução n° 175, a entrada em vigor desta Resolução se dará em 02 de outubro de 2023.

A CVM publicou em 12 de março de 2024, a Resolução CVM nº 200, que posterga os prazos previstos na Resolução nº 175. A prorrogação do prazo para a conclusão da adaptação à Resolução CVM 175 atende a solicitações feitas à CVM por associações que representam os agentes da indústria de fundos de investimento. Dentre os motivos apresentados, estão desafios operacionais relacionados à reforma tributária que incidiu sobre os fundos de investimento, aliados à complexidade e profundidade da nova regulamentação de fundos. Os novos prazos previstos serão:

a) Adaptação do estoque de fundos em funcionamento quando da publicação da resolução, de 31/12/2024 para 30/6/2025.

b) Adaptação do estoque de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC em funcionamento quando da publicação da resolução, de 1/4/2024 para 29/11/2024.

c) Entrada em vigor do § 1º do art. 140, de 1/4/2024 para 1/11/2024.

d) Entrada em vigor dos §§ 2º e 4º do art. 140, de 1/4/2024 para 1/10/2024.

22. Eventos subsequentes

Conforme SPA de 08 de fevereiro de 2024, foi alienada a totalidade das ações e debêntures da investida pelo preço de venda final atualizado de R$ 714.925, sendo que desse montante R$ 101.548 correspondem às ações e R$ 613.377 correspondem às debêntures. O montante total foi recebido pelo Fundo entre os meses de fevereiro e abril de 2024.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Rio Atlantica Hotel S.A., realizada em 15 de março de 2024, foram aprovadas dentre outras as seguintes deliberações:

(i) A ratificação do Resgate Antecipado 2022, no qual foram resgatadas, 1.561.546 debêntures mediante o efetivo pagamento ao Fundo do montante de R$ 2.300. As debêntures objeto do Resgate Antecipado 2022 foram canceladas pela Companhia;

(ii) A ratificação do Resgate Antecipado 2024, no qual foram resgatadas, nesta data, 74.446.600 debêntures mediante o efetivo pagamento ao Fundo do montante de R$ 134.925. As debêntures objeto do Resgate Antecipado 2024 foram canceladas pela Companhia;

(iii) A ratificação da assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, celebrado nesta data, entre a Companhia e o Fundo;

(iv) Em razão da notificação enviada nesta data à Companhia sobre a intenção do Green – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia converter 159.156.915 debêntures em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (nos termos do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão), foi homologada a conversão de 159.156.915 debêntures quirografárias, conversíveis em ações, da Companhia em 159.156.915 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R$ 1,812373 cada, definido com base no Artigo 170, §1º, I da Lei das S.A., idênticas às ações ordinárias existentes, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo (debenturista), no valor total de R$ 288.452.

Tendo em vista a conversão parcial ora homologada, o capital social da Companhia passou de R$ 182.577, dividido em 182.576.944 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 471.029, dividido em 341.733.859 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As debêntures objeto desta conversão foram canceladas pela Companhia.

Em 30 de abril de 2024 foram pagos aos cotistas a título de amortização o montante de R$ 668.570.

Conforme ata de assembleia extraordinária de cotistas realizada em 06 de maio de 2024, foram aprovadas as seguintes deliberações:

Aprovar o pagamento, pelo Fundo, das despesas extraordinárias, à JLL Corporate Solutions - Servicos de Conservação e Manutenção de Imóveis LTDA. e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, nos termos do Artigo 24, XIII e do Artigo 45, parágrafo único, da Instrução CVM 578.

Os Cotistas declaram que tiveram tempo e suporte suficientes para analisar os instrumentos relacionados na presente ata e que estão cientes de todos os seus termos, inclusive no que tange a eventuais deveres, direitos e riscos a que o Fundo está sujeito, e autorizam a Administradora a tomar quaisquer outras providências necessárias para a efetivação, formalização e implementação das deliberações ora aprovadas.

* * *

Robson Christian H. dos Reis	**Danilo Christófaro Barbieri**
Contador CRC 1SP214011/O-5	Diretor responsável